



**MARCELO PEREIRA DA SILVA  
(ORGANIZADOR)**

# **COMUNICAÇÃO, REDES SOCIAIS E A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



**MARCELO PEREIRA DA SILVA  
(ORGANIZADOR)**

# **COMUNICAÇÃO, REDES SOCIAIS E A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### Conselho Editorial

#### Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C741	<p>Comunicação, redes sociais e a produção jornalística [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Pereira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-793-2 DOI 10.22533/at.ed.932191905</p> <p>1. Comunicação social. 2. Jornalismo. 3. Redes sociais. I. Silva, Marcelo Pereira da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 303.4833</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## APRESENTAÇÃO

O jornalismo e a comunicação são instituições fundamentais para a solidificação da democracia, da participação e do estado democrático de direito. Como atividades profissionais, não podem se posicionar como 4º poder, mas devem assumir seu lugar de contrapoder, defendendo a verdade, os interesses da coletividade, a organização social, a paz, etc.

Nesta obra, as imbricações, diálogos e duelos entre diferentes teorias, proposições, análises, perspectivas e autores, contribuem com a investigação científica com base nos termos que a intitulam: Comunicação, Redes Sociais e a Produção Jornalística. Por meio de olhares transversos sobre objetos que constituem a realidade social contemporânea da comunicação e do jornalismo, os autores lançam luz sobre a necessidade de reformulações, ressignificações, aprofundamento e críticas ao fazer comunicativo no contexto midiático que faz emergirem formas de relacionamento, interatividade, pertença e reconhecimento.

Nesse sentido, algumas interrogações são necessárias para que entendamos o papel social, cultural, ideológico, político e econômico do jornalismo e da comunicação, hajam vista os discursos que figuram nas produções jornalísticas e o(s) sentido(s) de verdade e realidade que neles materializam-se e circulam “livremente” pelas redes sociais digitais.

Torna-se fulcral discutirmos o papel dos sujeitos jornalistas e das organizações na produção de notícias assim como as posições que assumem no processo de produção, colocando em foco o campo do jornalismo e da comunicação: são campos abertos em que todos os agentes sociais podem articular estratégias comunicacionais próprias ou um campo totalmente fechado a serviço da legitimação do *status quo*? Como entender a força e o poder das distintas formas de discurso que circulam nos meios de comunicação tradicionais e nas redes sociais da Internet? Que perspectivas teóricas são fecundas para verificarmos as estratégias por trás das retóricas informativas midiáticas?

Evocamos, neste livro, que o jornalismo, tal como o vemos hoje, desenvolveu-se como atividade remunerada durante o século XIX em decorrência de um complexo processo de urbanização, escolarização, industrialização, avanços tecnológicos e o erigir de regimes políticos nos quais o princípio de liberdade de imprensa converteram-se em algo sagrado.

O aparecimento da Cibermídia não acarreta o fim das atividades do jornalismo, pois este, independente do suporte, faz-se na notícia, na reportagem, se “vestindo” em diversos gêneros, formatos e linguagens; é conhecimento e não apenas técnica. As mídias e redes sociais on-line, na verdade, podem reforçar o papel do jornalismo, dos jornalistas e da comunicação na sociedade contemporânea.

O propósito de fornecer relatos de acontecimentos interessantes pode parecer claro, mas esse objetivo é, como outros fenômenos, simples, inextricavelmente

complexo, evidenciando o desafio da tarefa de compreender tais questionamentos na relação entre a práxis jornalística, a natureza ontológica da comunicação e a confusa ambiência gerada pelo ecossistema virtual.

Marcelo Pereira da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DIREITOS HUMANOS NO CENÁRIO DIGITAL: IMPACTOS CAUSADOS PELAS FAKE NEWS	
Juliete Maganha Silva	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9321919051	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
O DIREITO AO ESQUECIMENTO E OS PROVEDORES DE BUSCA NA INTERNET	
Marianne Ramalho dos Santos Leite	
Francisca da Glória Menezes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9321919052	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
CRIMES AMBIENTAIS, ASSASSINATOS E GRILAGEM: ANÁLISE SOBRE JORNALISMO DE DADOS EM A PÚBLICA	
Francisco Aquinei Timóteo Queirós	
Francielle Maria Modesto Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9321919053	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
COMUNICAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O EXÉRCITO BRASILEIRO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.9321919054	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>41</b>
O CASO ESCOLA BASE, A ÉTICA E O JORNALISMO MERCADORIA	
Jaine Araújo da Silva	
Francielle Maria Modesto Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9321919055	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
A COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FELICIDADE DO DUBAI E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS NO ANO 2016	
Diamantino Ribeiro	
António Pedro Costa	
Jorge Remondes	
DOI 10.22533/at.ed.9321919056	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E CRIMINALIDADE: PARA ALÉM DAS NOTÍCIAS VEICULADAS EM JORNAIS ELETRÔNICOS DE MATO GROSSO-MT	
Everton Rossi	
Reni Aparecida Barsaglini	
DOI 10.22533/at.ed.9321919057	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>88</b>
REDES SOCIAIS: É POSSÍVEL SUA INSERÇÃO NO FORMATO EAD? REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO A PARTIR DO USO DA FERRAMENTA LIVE DO FACEBOOK EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO	
Fabiana Crispino Santos	

Mirian Martins da Motta Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.9321919058

**CAPÍTULO 9 ..... 99**

MUITO ALÉM DA CAMISETA DE ROCK: NOVOS OLHARES SOBRE OS APRESENTADORES DE TELEJORNAL

Daniel Alves Scarcello

Wagner da Costa Silva

DOI 10.22533/at.ed.9321919059

**CAPÍTULO 10 ..... 111**

JORNALISMO DE DADOS E PARECER COMUM: MODOS DE CONSTRUÇÃO E EFEITOS DA NARRATIVA

Kelly De Conti Rodrigues

Carlos Alberto Garcia Biernath

Marcelo Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.93219190510

**CAPÍTULO 11 ..... 124**

MARKETING E POLÍTICA: O USO DO MARKETING NA ORGANIZAÇÃO DE UMA CAMPANHA ELEITORAL

Israel Aparecido Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.93219190511

**SOBRE O ORGANIZADOR ..... 139**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 140**



## PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E CRIMINALIDADE: PARA ALÉM DAS NOTÍCIAS VEICULADAS EM JORNAIS ELETRÔNICOS DE MATO GROSSO-MT

### Everton Rossi

Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Saúde Coletiva. Cuiabá, MT, Brasil. E-mail: evertoniscufmt@gmail.com

### Reni Aparecida Barsaglini

Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Saúde Coletiva. Cuiabá, MT, Brasil.

**RESUMO:** As ideias sobre pessoas em privação de liberdade e instituição penitenciária nos remetem a noções predominantes e acabam circulando na sociedade pelos diversos veículos de comunicação. Dessa maneira, o uso da imprensa como fonte e documento de análise, torna-se pertinente por permitir problematizar a construções de relações sociais e a realidade do cotidiano lembrando, no entanto, os filtros que constituem essas relações que são expressas por este veículo de comunicação. Este artigo decorre estudo qualitativo, do tipo documental, cujo tratamento deu-se pela análise de conteúdo na modalidade temática. Objetivou-se apresentar e discutir os sentidos de notícias publicadas em dois jornais eletrônicos de Mato Grosso. Para tanto, foram encontradas 40 notícias entre o período de maio de 2015 e abril de 2016, ou seja, em um ano. Os conteúdos foram organizados em quatro temas, quais sejam: reincidência; resistências ao aprisionamento – fugas e rebeliões e; domínio

das facções criminosas e; engajamento de mulheres na criminalidade – tráfico e afetividade. As conclusões apontam para o papel dos veículos de comunicação no fortalecimento e legitimação da visão negativa da instituição penitenciária, muito raramente revelando quais os fatores sociais, institucionais e culturais necessários para entender criticamente os fatos (para além das notícias).

**PALAVRAS-CHAVE:** prisões; mídia; realidade

### PEOPLE DEPRIVED OF LIBERTY AND CRIME: BEYOND THE NEWS PUBLISHED IN ELETRONIC NEWSPAPERS OF MATO GROSSO - MT

**ABSTRACT:** The ideas about people deprived of liberty and penitentiary institution bring us to prevailing notions and end up circulating in society through the various vehicles of communication. Thus, the use of the press as a source and analysis document becomes pertinent because it allows problematizing the construction of social relations and the reality of everyday life, remembering, however, the filters that constitute these relations that are expressed by this vehicle of communication. This article is a qualitative study, documentary, whose treatment was given by content analysis in thematic mode. The objective was to present

and discuss the meanings of news published in two electronic newspapers of Mato Grosso. Therefore, 40 news were found between the period of May 2015 and April 2016, ie in a year. The contents were organized into four themes, namely: recurrence; resistance to imprisonment - escapes and rebellions and; domain of criminal factions and; women's engagement in crime - trafficking and affection. The conclusions point to the role of communication vehicles in strengthening and legitimizing the negative view of the prison institution, very rarely revealing what social, institutional and cultural factors are needed to critically understand the facts (beyond the news).

**KEYWORDS:** prisons; media; reality

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O impedimento da prática criminal, a prisão dos indivíduos, bem como o processo de sua reabilitação, por vezes sendo talvez o maior desafio - por diversas circunstâncias, estão dentre os propósitos da pena de privação de liberdade. Para tanto, melhores condições infraestruturais, de organização e de outros serviços, são indispensáveis para se tentar alcançar tais objetivos (DAMAS, 2012).

O Brasil, atualmente vem ocupando a quarta posição no ranking em termos de número de pessoas/população em privação de liberdade. De acordo com dados estatísticos do Departamento de Estudos Penitenciários (DEPEN), o país passa por compor assim, em seu último consolidado, publicado no ano de 2014, um total de 607.731 pessoas privadas de liberdade, o qual corresponde trezentos presos para cada cem mil habitantes, fazendo com que perca apenas em números, para os Estados Unidos, China e Rússia (MINAYO e CONSTANTINO, 2015).

Já no que diz respeito ao estado de Mato Grosso, segundo o Sistema de Informações do Sistema Penitenciário (INFOPEN), ocupa a 15ª posição no ranking em número de pessoas privadas de liberdade no país, o qual corresponde a 10.357 presos, estando na 10ª posição segundo taxa de aprisionamento por Unidade de Federação, prevalecendo um total de 321,2 pessoas para cada cem mil habitantes (DEPEN, 2014).

Ainda se referindo ao Estado de Mato Grosso, quanto ao perfil dessas pessoas privadas de liberdade, há predominância de jovens entre faixa etária de 18 e 24 anos (33%), de cor negra (85%), sendo estes solteiros (43,3%), com baixa escolaridade - ensino fundamental incompleto (55%). Quanto às habilidades para o delito, há um maior envolvimento pelos crimes de furto e roubo (32%), seguido pelo crime de tráfico de drogas (27,3%) e homicídios (17,4%) (DEPEN, 2014). Ao levarem-se em consideração estes números exorbitantes, cuja tendência só tenha aumentar, acaba nos revelando uma superlotação nas penitenciárias que, por conseguinte contribui para a manutenção de graves problemas.

As ideias sobre a população privada de liberdade e a instituição penitenciária remetem a noções predominantes que acabam circulando na sociedade pelos

diversos meios de comunicação, tais como: televisão, revistas, jornais, redes sociais, dentre outros. Dessa forma, o uso da imprensa como fonte e documento de análise torna-se pertinente por permitir problematizar a construção de relações expressas por este veículo, no entanto, lembrando dos filtros que constituem tais relações (SOUZA, 2007). Nesse sentido, existem elementos invisíveis que organizam o percebido determinando o que se vê ou não e, no caso da imprensa, o que se registra como acontecimento constituindo-se em referência para transformá-lo em notícia.

Tais notícias são carregadas de características e de sentidos que nos dão pistas de como se configura atualmente a situação de pessoas em privação de liberdade, nos permitindo uma reflexão para além do que se está escrito para apreendê-las. Dessa maneira, podem-se captar elementos que conformam a atual realidade do sistema penitenciário e sua população – os presos. Destarte, o objetivo deste trabalho é entender criticamente os acontecimentos transformados em notícias (para além das notícias) o qual requer considerar processos sociopolíticos e culturais nos quais se inserem se apresenta como objetivo deste trabalho. Ressalta-se que uma primeira versão deste texto foi apresentada no III Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, no ano de 2017, na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, no GT: Mídia, Cultura e Prisão.

## 2 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo qualitativo, de análise exploratória documental. Para tanto, levou-se em consideração análise de notícias de dois jornais, disponíveis eletronicamente para consulta, ambos sendo de maior circulação no estado de Mato Grosso, a saber: Diário de Cuiabá e A Gazeta.

Mediante consulta às edições disponíveis entre o período que se estendeu de maio de 2015 a abril de 2016, foram levantadas notícias junto aos cadernos: “policial”, “cidades” e “judiciário”. Pelos títulos das notícias foram selecionadas aquelas que se referiam à população presa (presos) e penitenciária, excluindo-se duplicidades. Foram registradas as variáveis: notícia e título, data de publicação, seção, número da edição, assunto e os fragmentos/excertos considerados mais importantes de seu conteúdo, que posteriormente foram caracterizadas e categorizadas segundo núcleos de sentidos.

Assim, para o tratamento dos dados, nos valem da técnica de análise de conteúdo na modalidade temática proposta por BARDIN (1994), por qual enquanto método torna-se conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens. Destarte, foi realizada leitura de cada notícia na íntegra, na qual foi identificado assuntos e núcleos de sentidos. Em cada categoria apresentada foi considerado o conjunto de características comuns nos fragmentos/excertos selecionados, quais

serão analisados e discutidos para além dos escritos em suas entrelinhas.

Por se tratar de análise de documentos de domínio público, não houve necessidade de aprovação por Comitê de ética em Pesquisa.

### 3 | APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ALGUMAS REFLEXÕES

#### 3.1 Reincidência

Sabe-se que existem diversos fatores que influenciam na volta do preso ao mundo do crime. Dentre os diversos fatores, podemos elencar pelo menos dois fatores que merecem ser destacados, quais sejam: deficiência nos programas de reabilitação/ressocialização e a exposição à redes/facções criminosas dentro e fora das penitenciárias. Dessa forma, as penitenciárias têm se configurado como “fábrica de exclusão”, compreendendo-as como instituições organizadas com finalidade de proteção à sociedade (WACQUANT, 2007), ou seja, mantendo-os os longe (THOMPSON, 2002), na qual impossibilitam a inclusão social de pessoas em privação de liberdade (GOFFMAN, 1961).

Outro fator motivador no tocante à reincidência é o contato e uso de drogas ilícitas. De acordo com HIGINO e GARCIA (2003), as drogas não podem ser apenas vistas “como um entorpecente, um componente químico que produz sensações específicas ao corpo, mas como um recurso mediador, ou seja, artifício pelo qual se satisfaz uma necessidade física e social. Pode-se afirmar, assim, que este envolvimento com as drogas tornam-nos dependentes e não conseguindo se livrar do vício passam aderindo às tentativas de furto e roubo ou até mesmo o tráfico para conseguirem se manter (FERREIRA, 2010). Notemos:

“Um ex-presidiário foi novamente preso por comercializar drogas em um lava-jato, no bairro Araés, em Cuiabá, na manhã de ontem” (Edição nº14214 – **Ex-presidiário é preso novamente**).

A prisão segundo WACQUANT (2007, p.462) “apresenta a particularidade de ser uma bomba social que regurgita: quase todos aqueles que são ‘sugados’ por ela eventualmente ‘expelidos’ de volta para a sociedade”. Porém, a prisão devolve à sociedade pessoas com seqüelas e marcadas para sempre, uma vez que, ao adquirir a liberdade, a sociedade acaba os rejeitando, os estigmatizando, os repugnando e os forçam a voltar à criminalidade pela falta de condições dignas de subsistência material e social. Neste caso, a reincidência parece ser consequência de algum tipo de especialização no mundo do crime, algo que sabem fazer muito bem. Vejamos:

“Se não tiver ‘professores’ especializados em delitos, ainda poderá ser encaminhado para uma real ressocialização”, disse. (Edição nº14193 – **Menores de 21 anos terão celas separadas**).

Por outro lado, é notória a possibilidade de reintegração e ressocialização (objetivo da instituição prisão) na sociedade, através de políticas públicas que os

concebam a educação como direito humano. Assim, pensar a educação neste contexto denota repensar a instituição penitenciária como local de aprendizagem, dotando aos privados de liberdade de conhecimentos e competências que lhes reconheçam como sujeitos de direitos e que ao serem libertos, procurem outros caminhos e se reintegrem a sociedade (ONOFRE e JULIÃO, 2013).

“Três presos do Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC) foram aprovados para cursos na Universidade federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade de Cuiabá (UNIC). Com isso eles poderão transformar a própria vida e hoje já conseguem enxergar com esperança um nova chance de recomeçar (Edição nº 14406 – **Presos passam no Enem e vão estudar**).

### 3.2 Resistências ao aprisionamento – fugas e rebeliões

Outro grupo de notícias que se destaca se refere às resistências ao aprisionamento, expressas pelas fugas (com êxito ou frustradas, por meio de túneis, serras, cordas etc.) ou rebeliões, motins que simbolizam reivindicações e não passividade diante da ordem e precariedade institucional.

Na maior parte das penitenciárias do País, mesmo naquelas ditas de segurança máxima, os controles sobre a massa carcerária são frouxos, incapazes para conter a organização dos presos, as atividades ilegais, as revoltas e fugas. A insuficiência da segurança dinâmica – isto é, as atividades que favorecem a manutenção da ordem interna, como o trabalho, a educação, esporte, lazer, atividades culturais – acaba por contrapor e anular as expectativas depositadas no endurecimento da disciplina e da contenção do comportamento dos presos (ADORNO e SALLA, 2007).

Expressas pelas fugas (com êxito ou frustradas, por meio de túneis, serras, cordas, etc.) ou rebeliões, motins, simbolizam reivindicações e não passividade diante da ordem e precariedade institucional, associadas tanto às péssimas condições infra-estruturais e degradadas de encarceramento, bem como a deficiência do Estado em exercer controle sobre o cotidiano prisional. Muitas rebeliões são desdobramentos de fugas frustradas, mas também, estratégia de reivindicações de que direitos sejam respeitados. É um recurso de negociação do qual lançam mão os presos que tentam a fuga e não conseguem, procurando evitar a imposição de penalidades para a infração cometida. ‘Virar a casa’, ou seja, provocar uma rebelião é também uma forma de criar um caos momentâneo que permita ampliar as chances de fuga (SALLA, 2006).

A partir de uma análise sociológica, SALLA (2006), diz que rebeliões são articulações sincronizadas, sempre lideradas por presos pertencentes a alguma organização criminosa. Para ele, essas articulações ocorrem de maneira emergencial devido às privações que são impostas aos presos, sendo assim, formas de protestos e inconformismo contra tais imposições adversas, na maioria das vezes devido, principalmente, pelas condições infraestruturais das penitenciárias, má alimentação e pelos maus tratos vivenciados no ambiente prisional. Contudo, SALLA (2006) ainda

diz que há outras possíveis explicações, mas enfatiza a relação entre movimentos de protestos que ocorrem fora do ambiente prisional, a partir do afrouxamento dos controles de ordem, na vida social.

Em situações frustrantes, de acordo com THOMPSON (2002), existem vários tipos de reações. Quando não há conformismo por partes dos presos, há a rebelião e tentativas de fugas, oposta a premissa na qual se funda a privação de liberdade. Não obstante, Thompson diz que: “pode, pelo menos durante algum tempo, transformar-se na escolhida por alguns presos, cuja preocupação concentra-se, predominantemente, em preparar e tentar a evasão” (THOMPSON, 2002, p. 78). A partir do exposto, vejamos algumas situações que retratam essa realidade.

“Uma tentativa de fuga, foi registrada na tarde deste domingo (24), por volta das 12 h, na Penitenciária central do Estado (PCE). Doze presos estariam envolvidos no caso. Agentes penitenciários flagraram grades cerradas na janela, localizada em uma das celas. O horário de visitas do dia foi suspenso”. (**Edição nº 450039 - Tentativa de fuga é frustrada por agentes**).

“Quatro presos que cumprem pena na Penitenciária Central do Estado (PCE), em Cuiabá, iniciaram de motim e início de rebelião durante banho de sol, na tarde de segunda-feira (13), e precisaram ser contidos por agentes penitenciários”. (**Edição nº 453371 - Presos iniciam princípio de motim na Penitenciária Central**).

“Detentos de um raio que cumprem pena na Penitenciária Central do Estado (PCE) no bairro Pascoal Ramos, em Cuiabá, tentaram fugir da unidade nesta segunda-feira (7). De acordo com a assessoria da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), o grupo conseguiu serrar parte de uma grade do Raio 3 e tiveram acesso ao pátio” (**Edição nº457014 - Presos serram grade e tentam fuga depenitenciária**).

Líderes de grupos criminosos/ facções- (alta periculosidade), envolvidos com tráfico de drogas, roubo de cargas, grandes assaltos, sequestros, com frequência, tentam ou conseguem fugir das prisões brasileiras contando com a rede de ilegalidades e de corrupção existente nestes estabelecimentos. Assim, conseguem subornar guardas, obter celulares, armas, ferramentas, planejar a fuga contando com apoio externo e interno. Tudo sugere que passou a ser uma estratégia de gerenciamento das prisões, deixar que o cotidiano seja administrado pelos próprios presos, por suas lideranças, que são sempre construídas a partir do prestígio adquirido nas atividades criminosas (SALLA, 2006).

“Buraco foi escavado no raio 4, onde cumprem pena 380 presos. Quinze deles foram flagrados sujos de barro. As informações são do diretor da unidade, Roberval Barros [...] De acordo com Barros, o Núcleo de Inteligência do presídio recebeu a denúncia no domingo (10), e desde a data vem monitorando o local, já que segundo as informações, suspeitos que estariam do lado de fora da unidade, auxiliariam a fuga. Caso se concretizasse, a fuga em massa seria ‘uma das maiores do Estado’”(Edição nº 475537 - **Agentes descobrem túnel de 70 metros na PCE direto para a rua**).

“Onze presos foram encontrados com serras e cordas artesanais chamadas de” Maria Tereza” feitas de lençóis. Os presos são



### 3.3 Domínio das facções criminosas

De acordo com a Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013: Art. 1º, §1º: “Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional” (BRASIL, 2013).

A constituição da organização decorre da assunção das vontades individuais voltadas para a consecução de metas específicas, através de prévia distribuição dos membros em uma estrutura hierárquica. As organizações criminosas, associações criminosas, quadrilha ou bando, em geral, conseguem se estruturar de maneira tão organizada que chegam a formar uma força paralela ao Estado. Muitas vezes, contam com ramificações em diversos segmentos da sociedade e do governo nos seus diferentes níveis, o que acaba por vilipendiar o próprio estado democrático de direito (ARAÚJO e FONSECA, 2015).

Seguramente, o crime organizado e o domínio das facções não é uma invenção comum. Sua versão moderna está profundamente marcada por organizações europeias e desde a Idade Média e, mais recentemente, sobretudo por organizações americanas. Atualmente, muitas das características observadas no crime organizado já estavam de fato, presentes nas formas anteriores (ADORNO, 1998).

A noção de Crime Organizado esconde mais do que revela as pequenas nuances e as grandes diferenças da diversidade de atores, redes e práticas que caem sob a acusação social (e o respectivo processo de incriminação) por infringir, regular e articuladamente, artigos do Código Penal e de Leis Especiais. O que se pretende, afinal? Distinguir a articulação social de grupos criminosos daqueles diversos fatos da crônica cotidiana da imprensa? O uso metonímico do termo incide a tal ponto nos mesmos problemas, que aquilo que no Código Penal é tipificado simplesmente como formação de quadrilha, ou máfia mesmo (MISSE, 2007).

Tais características podem ser aqui mencionadas como: valor atribuído à posse de armas de fogo, monopólio concentrado das atividades criminosas; estruturas de mando hierarquizadas e personalizadas (característica mais marcante) reatualizadas por rituais codificados por normas e regimentos; fixação de redes de espias e informantes, dentre outros. Nesse conjunto de práticas Adorno (1998), diz que as penitenciárias se tornam lugar estratégico à corrupção, e mais, talvez sem a cumplicidade dos agentes públicos e segmentos estatais, certamente as atividades não teriam se expandido.

De qualquer modo, o crime organizado também propõe problemas novos,

insolúveis em curto prazo, para a Justiça penal. O que tem sido evidenciado, seja no tráfico, seja nos casos de alta corrupção envolvendo agentes do Estado, é que as leis penais não podem ser aplicadas do mesmo modo que são aplicadas às modalidades delituosas cometidas pelo delinquente comum (ADORNO, 1998).

A política penitenciária se torna condicionada de pelo menos dois fatores que se interligam e se condicionam reciprocamente: os controles formais, aqueles autorizados pela legislação, que deveriam orientar a atuação do sistema penal e os controles informais, enraizados nas ações cotidianas (CALDEIRA, 2004). Para ele, em particular a política penitenciária, reage aos problemas e acaba se adaptando às novas circunstâncias, onde diz que: “de fato, os controles sociais formais suplementam os controles sociais informais cotidianos, apesar de, às vezes, interferirem diretamente nesses mecanismos, produzindo efeitos perversos”.

Focalizar uma política específica de controle sobre lideranças da criminalidade organizada introduz, no entanto, sérios problemas. Primeiro, reduz a visibilidade de uma das principais causas da desordem carcerária: as violências que os donos da cadeia e os guardas penitenciários praticam contra os presos pobres. Segundo, ao se selecionarem para análise episódios de crise prisional, como tentativas de fuga seguidas de rebeliões com reféns, silencia-se sobre as condições desumanas do encarceramento, que degradam cotidianamente a todos (CALDEIRA, 2004).

A Lei Penal no Brasil é apenas um paliativo na questão do avanço das organizações criminosas, pois a evolução contínua do Crime Organizado se deve a mais completa ausência de políticas de controle da criminalidade, associado à miséria em que vive boa parte da população brasileira. Assim, perante a população mais carente, O Estado não ocupou o seu lugar e paga caro por sua omissão. Vejamos:

“Os líderes da quadrilha comandam o crime de dentro das unidades prisionais e contam com “soldados do crime” dentro e fora dos presídios que atendam as demandas determinadas pelos líderes. A denúncia feita pela Gaeco é baseada nas investigações realizadas pela polícia civil, que chegou a deflagrar as operações “Grená” e “Grená 2” para desarticular a organização criminosa. Ainda como parte das tentativas de desmobilizar o grupo criminoso, em fevereiro a “SEJUDH” transferiu sete presos para penitenciárias federais. Entre eles estavam líderes da facção criminosa”. (**Edição:474755 - Gaeco denuncia 14 do Comando Vermelho**).

“A ordem de matar, como a do empresário Renato Cury, de 44 anos, em Várzea Grande, pode ter partido de dentro do presídio [...] Segundo L.P. S, que foi preso por latrocínio e agora está em liberdade, conta que, quando se associa a uma facção dentro do presídio, a regra é gerar dinheiro e muitas vezes através de golpe [...] (**Edição: 14448 – Grande parte dos roubos e mortes ocorridos na grande Cuiabá tem relação com o crime organizado dentro dos presídios**).

“O peculiar nas ações da quadrilha era o fato de serem elas comandadas de dentro do presídio Pascoal Ramos, onde o Líder da turma cumpre pena”. (**Edição: 14232 - Ordens saíam de dentro do Pascoal**).

### 3.4 Engajamento de mulheres na criminalidade – tráfico e afetividade

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen Mulheres, em 2014 o Brasil ocupava a quinta maior população de mulheres encarceradas no mundo. Com uma população feminina prisional de 37.380 mulheres, o país apresentou também uma elevada taxa de aprisionamento, durante o período de 2000 a 2014 o aumento dessa população foi de 567,4%. Desse total de mulheres, 11.629 aguardavam a julgamento (DEPEN, 2014).

Os números formam uma população homogênea na qual prevalece certos perfis demarcando as tendências de encarceramento de mulheres nas penitenciárias brasileiras. Excluídas, principalmente devido ao envolvimento com o tráfico (58%), as mulheres são jovens (50% tem entre 18 e 29 anos), solteiras (57%), de baixa escolaridade (50% não concluíram o ensino fundamental) e negras (68%) (DEPEN, 2014).

Dados mostram os motivos de encarceramento feminino evidenciando tais questões. De acordo com o DEPEN (2014) quanto à distribuição por gênero de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade no Brasil, nota-se que 63% das mulheres estão presas pelo crime de tráfico de drogas (DEPEN, 2014). O grande aumento de pessoas presas por este tipo de crime pode estar ligado à criação da lei 11.343 de 2006, que institui “o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social; estabelece normas de repressão a produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, definindo-o como crime e dá outras providências” (BRASIL, 2006).

Paralelo à essa questão as notícias indicam que tal organização criminosa apresentada pelas mulheres, no que se refere ao atendimento de um pedido do parceiro, qual seja, o manejo de drogas para dentro da prisão aumentou nas últimas décadas. Dessa forma, a quantidade de mulheres nas prisões brasileiras cresceu de maneira significativa. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2014) – no ano de 2013, chegaram a 240% de aumento, chegando a 35 mil detentas.

Nas notícias encontradas no presente estudo, observam algumas peculiaridades em que sobressai o aprisionamento enredado por ações (tráfico de drogas) que envolvem o companheiro já preso. Os estudos que enfocam as mulheres presas, na questão das drogas ilícitas, referem sua participação como coadjuvantes do tráfico, destacando que o envolvimento se dá por meio de relações de afeto com homens do seu entorno social: companheiro, irmão, ou outro parente, sendo pouco exploradas situações nas quais elas aparecem sós, como decorrência de escolhas pessoais (BARCINSKI, 2009).

O engajamento de mulheres em atividades criminosas, notadamente no tráfico de drogas, é descrito de maneira geral como subordinado à participação dos homens

nessas mesmas atividades. Sem ignorar o fato de que parecem ser de fato, os homens os maiores motivadores para a entrada das mulheres na rede do tráfico de drogas (ZALUAR, 2004), a ênfase quase que exclusiva na criminalidade feminina como decorrente de suas relações afetivas retira o protagonismo e reforça a invisibilidade feminina na prática de crimes violentos e atividades ilícitas (BARCINSKI, 2012).

Nota-se que, a situação de mulheres presas por envolvimento com o tráfico de drogas é bastante diferente do caso dos homens, salvo algumas exceções. Como citado anteriormente, a maioria das mulheres são detidas por se associar aos companheiros (maridos, namorados) em atividades ilegais ou por lhes entregar substâncias tóxicas dentro das prisões. Para conseguirem alcançar o objetivo traçado, expõem-se ao risco da detenção que por vezes se concretiza. É importante frisar que, no entanto, o atendimento específico para presas nessa condição, não tem acompanhado o crescimento acelerado dessa modalidade criminosa, o que tem preocupado as autoridades incumbidas da segurança pública.

Entender o comportamento criminoso dessas mulheres tem despertado a atenção de pesquisadores das mais diferentes vertentes. E várias são as questões endossadas frente a esse assunto, tais como: mulheres de delinquentes têm mais chances de enveredar pelo mesmo caminho? Há um caráter biológico na atitude violadora das leis ou ela é fruto do meio? Seria a dimensão afetiva a única responsável por esse enveredamento para o crime? Dentre outras questões.

A maioria dos estudos tem indicado que o aspecto mobilizador da entrada da mulher para esse mundo de criminalidade está bastante associado à dimensão afetiva, conforme supracitado. Ao vender, guardar e, mesmo transportar a droga para dentro da prisão, das mais diversas formas, não o faz somente porque passa por dificuldades financeiras e tem no tráfico um meio de subsistência, mas, em muitos casos, por que tenta dar provas de seu afeto pelo companheiro e parentes. É como se houvesse uma idealização de um modelo de amor e a necessidade de dar provas aos parceiros com os quais se relacionam fossem tão fortes a ponto de levá-las ao envolvimento com as drogas e a correrem os riscos de sofrer penalidades legais por suas práticas (MAGALHÃES, 2011).

Diante deste fato social, entendemos ser de suma importância à realização de discussões e, ou reflexões que nos auxiliem a compreender os reais motivos referentes a este crescimento, conforme tem anunciado as notícias presentes nos recursos midiáticos locais. De forma geral, a criminalidade é um fenômeno de enorme crescimento no Brasil, sendo importante ressaltar que não apenas os homens, mas também as mulheres estão cometendo mais crimes hoje do que no passado o faziam. Ao longo dos anos a mulher tem assumido uma postura diferente perante a sociedade, tem assumido várias funções e ocupações pessoais, profissionais e inclusive de liderança na criminalidade, que no passado não eram admitidas. Notemos:

“Duas mulheres foram presas em flagrante tentando entrar na Penitenciária Central do Estado (PCE), em Cuiabá, com drogas para os respectivos companheiros. Uma delas escondeu tabletes de maconha em uma vasilha com molho de cachorro quente. A outra carregava na vagina”. **(Edição nº 449329 - Mulheres levam drogas na vagina e em molho de cachorro quente).**

“Elas são descobertas porque apresentam comportamento estranho e nervosismo, conta um agente. Uma delas, A.F.S, foi autuada por tráfico de drogas e encaminhada para o Presídio Feminino Ana Maria do Couto May”. **(Edição nº 458691 - Mulheres tentam entrar com drogas e fermento na PCE).**

“A cozinheira Marcia Regina da Cunha Moraes, 33, foi presa na tarde de domingo (26) ao tentar entrar no Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC) com uma porção de maconha introduzida na vagina. Ela visitaria o companheiro Ranielson Pessoa de Barros. Ela foi autuada por tráfico de drogas e encaminhada ao Presídio Feminino Ana Maria do Couto May”. **(Edição nº 454275 - Cozinheira tenta entrar em presidio com maconha na vagina).**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta as preocupações que nortearam e motivaram este estudo, os resultados corroboram a compreensão de que os meios de comunicação operam construindo a realidade social, recortando e selecionando discursos sociais correntes de atores sociais diversos. Neste estudo, os sentidos produzidos pelos jornais mostram que as notícias contribuíram para conformar a realidade.

Tal dificuldade faz parte da tentativa de negar os privados de liberdade que, apesar de invisibilizados pelo Estado e pela sociedade, representam a quarta maior população em privação de liberdade do mundo, fator este muito preocupante. No referido trabalho, percebeu-se, ao longo da discussão, de tudo que foi relatado e discutido, todos os fatores configuram-se como problemas crônicos, não só nas prisões do estado de Mato Grosso, mas de todo Brasil.

Deste modo, no que tange às questões prisionais e os problemas oriundos delas, há uma grande dificuldade em dar início a diálogos e considerações mais humanas, visto que, a cultura de exclusão, herdada do estado de exceção dos governos totalitários, sobretudo a ditadura militar brasileira, impera na nossa sociedade, ficando muito mais confortável dar continuidade ao julgamento e preferir fechar os olhos às problemáticas. É preciso considerar: porque o cenário é este? O que é necessário para mudar esta realidade? Entender criticamente os acontecimentos transformados em notícias (para além da notícia) requer considerar os processos sociopolíticos e culturais nos quais se inserem.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. **Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-47, maio, 1998.
- ADORNO, S.; SALLA, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21 n. 61, set./dez. 2007.
- BARCINSKI, M. **Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina**. Contextos Clínicos, São Leopoldo, v. 5, n. 1 jul. 2012.
- BARCINSKI, M. **Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Ciênc Saúde Coletiva [online]. v. 14, n. 2, p. 577-586, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.
- BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013**. Disponível em: . Acesso em: 23 ago. 2017. Anais 3º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão ISSN:2317-0255 125
- CALDEIRA, C. **A política do cárcere duro: Bangu 1**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 18, n. 1, p. 87-102, mar. 2004.
- DAMAS, F. B. **Assistência e condições de saúde nas prisões de Santa Catarina, Brasil**. Rev. Saúde Públ., Santa Cat., Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 6-22, dez. 2012.
- DEPEN – **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen, julho, 2014.
- FERREIRA, A. R. **Crime-prisão-crime: o círculo vicioso da pobreza e a reincidência no crime**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- GOFFMAN E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961..
- HYGINO, A.; GARCIA, J. **Drogas: a permanente (re)encarnação do mal**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 74, p. 31-150, 2003.
- MAGALHÃES, C. A. T. **Criminalidade Feminina: um estudo sobre as particularidades do crime praticado por mulheres**. 2011. Disponível em: <[https://aplicacao.mp.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/101/Criminalidade %20feminina\\_Magalhaes%5d.Pdf? Sequence=1](https://aplicacao.mp.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/101/Criminalidade%20feminina_Magalhaes%5d.Pdf?Sequence=1)>. Acesso em: 03 ago. 2019.
- MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. **Deserdados sociais: condições de vida e saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
- MISSE, M. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. Estud. av., São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, dez. 2007.
- SOUZA, A. M. **Relatos da cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa: Cuiabá/MT, segunda metade do século XX**. Cuiabá/MT: Ed. Entrelinhas; EdUFMT, 2007.
- ONOFRE, E. M. C.; JULIÃO, E. F. **A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013.



RAMALHO, J. R. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 165p. Disponível em: . Acesso em: 04 set. 2016.

SALLA, F. **As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 274-307, jul/dez. 2006.

THOMPSON, A. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 440p

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**MARCELO PEREIRA DA SILVA** - Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, desenvolvendo o projeto intitulado: “Ecologia da Comunicação Organizacional – consumidores, instituições e públicos de afinidade nas redes sociais virtuais: interatividade, decepção, convivência e conflitualidade” (2018) Doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo na linha de pesquisa Comunicação Institucional e Mercadológica, defendendo a tese: “A comunicação corporativa e o discurso do consumidor contemporâneo nos sites sociais de reclamação: decepção e coabitação na rede – desafios e oportunidades” (2016). Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, apresentando a dissertação: “Sentidos de Brasil na imprensa argentina – A teia noticiosa do periódico *Clarín* (2009). Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (2003). Atualmente, é docente permanente do Mestrado Interdisciplinar em “Cultura e Sociedade”, do Mestrado Profissional em Comunicação e do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Luís. É diretor da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, coordenando os Núcleos de Relações Públicas e Cerimonial, Rádio e TV, Web Jornalismo e Produção Visual e Publicidade desde agosto de 2018. Coordena o Grupo de Pesquisa ECCOM – Ecologia da Comunicação Organizacional na Universidade Federal do Maranhão. É organizador dos e-books: “A Influência da Comunicação”, “Comunicação, Mídias e Educação 2” e “Comunicação, Mídias e Educação 3” pela Editora Atena. E-mail: marcelosilva\_rp@hotmail.com

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agência de reportagem 24, 25  
Amazônia 24, 25, 29, 32  
Análise de conteúdo 41, 43, 52, 53, 54, 55, 59, 66, 71, 73, 74, 75, 77, 86, 110  
Análise qualitativa 53, 55, 59, 73  
Apresentadores 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109  
Apuração 16, 25, 28, 30, 31, 32, 41, 43, 45, 46, 47, 51, 52, 89, 90  
Audiência 10, 26, 44, 99, 101

### C

Centro de comunicação social 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40  
Cidadãos 7, 8, 16, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 68, 70, 71, 72, 73, 128, 134  
Circulação 1, 5, 6, 18, 25, 26, 28, 77  
Comunicação governamental 53, 54, 55, 56, 72, 73, 74  
Consumo 15, 104, 112, 113, 118, 122

### D

Direito à informação 13, 14, 19, 20, 21, 25  
Direito ao esquecimento 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23  
Direitos humanos 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 25, 80

### E

EAD 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97  
Ensino 3, 66, 76, 83, 90, 92, 93, 94, 97, 98  
Exército 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

### F

Fake News 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12  
Felicidade 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74  
Fontes 15, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 58, 74, 90, 111, 116, 117, 123

### G

G1 6, 7, 8, 9, 89, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 110  
Gestão 36, 40, 53, 56, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 128, 129, 130, 137, 138  
Graduação presencial 91, 92, 96

### I

Instituição penitenciária 75, 76, 79

Internet 1, 2, 5, 6, 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 34, 36, 74, 89, 90, 93, 94, 99, 101, 103, 110

## **J**

Jornalismo de dados 24, 26, 27, 32, 33, 111, 114, 115, 122, 123

## **L**

Live do facebook 88

## **M**

Mato Grosso 75, 76, 77, 79, 85

Meio social 1, 4

Mídia 6, 38, 39, 75, 77, 136

Mídias tradicionais 99

Ministério da felicidade 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 72, 73, 74

## **N**

Notícia 10, 11, 13, 17, 20, 28, 29, 32, 41, 44, 45, 46, 51, 52, 61, 77, 85, 89, 90, 95, 99, 101, 102, 103, 105, 108, 109, 110, 114, 118, 123

## **P**

Positividade 53, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73

Prisões 75, 80, 83, 84, 85, 86, 87

Provedores 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Pública 4, 10, 24, 25, 29, 32, 45, 51, 55, 73, 84, 86, 118, 126, 128, 137

## **R**

Realidade 27, 32, 75, 77, 80, 85, 86, 88, 91, 94, 96, 101, 112, 113, 115, 125, 128, 132

Redes Sociais 1, 6, 7, 10, 11, 12, 72, 77, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 97, 98, 129, 134, 135, 136, 139

## **T**

Tecnologias 1, 2, 6, 11, 27, 34, 40, 92, 93, 98, 101

Telejornalismo 99, 100, 101, 110

TV 38, 47, 92, 95, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 110, 133, 134, 139

## **W**

WebQDA 53, 54, 55, 59, 73

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-793-2



9 788572 477932